



FOLHA VERDE 100

Número 100 | Dezembro de 2016
Distribuição gratuita | www.osverdes.pt

PEV  PARTIDO ECOLOGISTA
OS VERDES



A folha informativa dos Verdes chega ao número 100. Não sendo um órgão de comunicação social a Folha Verde é, desde janeiro de 2000, um veículo de informação e transmissão da atividade do Partido, das reflexões que os seus membros e dirigentes produzem.



Nestes 16 anos a Folha Verde, assumindo diversos formatos, tem tentado contrariar o grande silêncio a que, muitas vezes, Os Verdes estão sujeitos pela comunicação social, levando aos nossos membros e companheiros, amigos e a todos em geral, a grande massa de iniciativas que dirigentes e ativistas do PEV promovem, assim como a atividade parlamentar e autárquica. Uma outra forma de ver o país e o mundo e uma outra forma de pensar e projetar o futuro, a Folha Verde tem dado voz aos diferentes dirigentes e ativistas do PEV, aos eleitos locais, permitindo partilhar experiências e opiniões.

A Folha Informativa dos Verdes é construída por todos aqueles que dão corpo a este projeto de transformação da sociedade de emancipação do ser humano, de procura de um equilíbrio ecologicamente sustentável entre os cidadãos e o ambiente que nos rodeia.

**Mais anos venham de eco-informação, mais
cem números de intervenção ecologista!**

As propostas Ecologistas

Os Verdes votaram favoravelmente o Orçamento de Estado para 2017. Não sendo o orçamento ideal ou um orçamento do PEV, encerra em si a continuação do caminho de reposição de salários e de restauração dos níveis de qualidade de vida dos portugueses rompendo o percurso de austeridade e degradação do nosso sistema económico, imposto pelo anterior Governo liderado por PSD e CDS.



Este orçamento confirma a pretensão de travar o caminho da fragilização do estado social e não contempla propostas de cortes salariais ou de ingerências no poder local ou de violação da Constituição Portuguesa.

Esta é a demonstração de que havia alternativas, alternativas que hoje a direita tem muita dificuldade em contrariar.

Ainda assim, não sendo o orçamento do PEV, Os Verdes apresentaram várias propostas no sentido de o melhorar e dar também cumprimento àquilo que foram as nossas linhas de campanha eleitoral e programáticas assim como dar corpo a algumas das condições plasmadas na posição conjunta que PEV e PS assinaram.

Propostas essas que incluem medidas para a promoção da utilização dos transportes públicos como a dedução em sede de IRS de 100% do valor do IVA do passe social ou a redução do seu custo para jovens estudantes com menos de 23 anos, ou seja a reposição do passe sub 23. Propostas de reforço dos meios para a conservação da Natureza nomeadamente com a contratação de cerca de 50 novos Guardas e Vigilantes da Natureza.



Propostas de incentivo às micro, pequenas e médias empresas para investirem na eficiência energética e a redução do IVA em materiais e equipamentos de construção que favoreçam a conservação de energia e a redução do consumo energético em edifícios.

Não deixando de valorizar que este governo assumiu pôr fim ao ciclo de encerramento de ferrovias que o anterior Governo do CDS-PSD aprofundou dramaticamente. O importante investimento na ferrovia nacional é uma exigência dos Verdes como combate às alterações climáticas e às assimetrias regionais.

Propostas ainda com vista ao estímulo de desenvolvimento dos

mercados de proximidade e circuitos curtos de comercialização, como forma de estimular as economias locais e reduzir as emissões no transporte de produtos locais. Propostas ainda de redução do IRC para empresas que queiram instalar-se no interior do país, para potenciar essa necessidade.

Os Verdes apresentaram ainda propostas para a progressão dos bombeiros das carreiras de sapador e municipal.

Este não é o Orçamento dos Verdes, mas ainda assim uma das grandes prioridades nossas é que tivesse uma nítida componente social e também ambiental, nomeadamente na assunção dos nossos compromissos.




Valorizar as Autarquias

Cláudia Madeira

Deputada Municipal
em Lisboa

Dirigente Nacional
do PEV

Para Os Verdes, a acção local é uma forma próxima e privilegiada de participar na construção de um país melhor e de um planeta mais equilibrado e sustentável.



As autarquias, por estarem mais próximas das populações e dos seus problemas concretos, permitem um maior envolvimento dos cidadãos na causa pública e nas tomadas de decisão e, por isso mesmo, assumem um papel determinante na democracia, na promoção do desenvolvimento e na defesa da qualidade de vida.

É a nível local que se materializa um dos princípios da ideologia ecologista:

“Pensar Global, Agir Local”, que ganha expressão e relevância sobretudo a nível autárquico, em defesa das populações e do ambiente.

O Poder Local, por ser uma expressão directa da vontade popular e uma afirmação do regime democrático, tem sido muitas vezes sujeito a restrições e limitações, no

sentido de limitar a sua capacidade de realização de políticas públicas. Temos como exemplos a extinção de 1200 freguesias, a Lei dos Compromissos e a Lei das Finanças Locais, entre outros.

E isto sucede quando, cada vez mais, as autarquias locais têm vindo a fazer o trabalho que sucessivos governos se têm vindo a recusar fazer, desresponsabilizando-se completamente das suas incumbências.

Apesar disso, continua a ser o espaço privilegiado de proximidade e participação, de uma resolução eficaz dos problemas que afectam as condições de vida local e o bem-estar das pessoas.

Por tudo isto, o trabalho autárquico é muito valorizado pelos Verdes e o projecto ecologista é resultado de uma acção próxima, constante e preocupada.

É esta gestão partilhada e inclusiva que mobiliza eleitos e eleitores na defesa do bem-comum. Ouvimos, partilhamos e discutimos soluções. É esta a nossa forma de estar e de



agir, o que nos liga às populações, às suas lutas, que também são nossas.

Algo que só se consegue com a participação e a acção de eleitos e de não eleitos que, com todo o seu trabalho e dedicação, intervêm para elevar as condições de vida das populações.

Comemorando-se este ano o 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa, que encerra em si o resultado de uma democracia conquistada pela revolução de 25 de Abril de 1974, é inevitável falar do Poder Local, uma expressão e uma conquista de Abril, que aí viu consagrados os seus princípios democráticos essenciais.

Concretizar o Poder Local foi também melhorar as condições de vida da população e criar dinâmica popular. Foi pôr fim ao papel repressivo do regime fascista nas Câmaras e nas Juntas de Freguesia.

Pela importância que o poder local assume na vida de todos nós, precisamos de autarcas determinados e empenhados em projectos

determinantes para a qualidade de vidas das populações, com valores, que acreditem em causas, que lutem por uma sociedade mais justa e mais equilibrada ambientalmente.

E temos encontrado na CDU o espaço ideal para afirmar os valores que cultivamos, os princípios que nos norteiam e as causas que defendemos.

A CDU é a prova viva de um projecto verdadeiro, sério, onde se confirma a capacidade de união de esforços, de dedicação e de empenho pelo desenvolvimento do país, pelo desenvolvimento das autarquias, pelo bem-estar das pessoas, pelo ambiente e pela promoção da qualidade de vida.

Os Verdes e a CDU prestigiam o Poder Local e contribuem de forma decisiva para uma gestão rigorosa, transparente e competente.

Este tem sido o nosso compromisso e vamos continuar na primeira linha da defesa, do reforço e da dignificação do Poder Local e da luta por melhores condições de vida.

É necessária mais ação para travar as alterações climáticas

A 22ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, COP22, reuniu em Marraquexe, Marrocos, de 7 a 20 de novembro, com o objetivo de prosseguir o desenvolvimento do acordo de Paris. Este acordo, assinado por 197 países, foi já ratificado por mais de 100 e entrou em vigor nas vésperas da COP22, a 4 de novembro.



Sendo o sucessor do protocolo de Quioto, tenta incutir aos estados ações e procedimentos no sentido de limitar a subida da temperatura média do planeta a 1,5º C, com referência à época pré industrial.

No entanto, os resultados desta cimeira ficaram aquém do desejável e ainda mais ensombradas com a elei-

ção de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, que tem assumido um posição cética em relação às alterações climáticas, querendo excluir os EUA do Acordo de Paris.

Mas aquém também porque não foi suficientemente ambiciosa ao não ter conseguido traçar um quadro mais definido em termos de financiamento e transparência em relação às medidas a adotar, principalmente quando há uma grande pressão das grandes corporações em deterem o controlo dos recursos energéticos e uma grande apetência para transformar questões ambientais e vitais em negócios de muitos milhões desvirtuando os reais esforços para inverter o paradigma energético do planeta.

Foi um pouco o que aconteceu com o protocolo de Quioto, que definia uma redução dos gases com efeito de estufa na atmosfera, até aos níveis de 1991. Objetivo que se transformou num esquema de economia de carbono, de transações de licenças de poluição. A economia continuou dependente do petróleo, aumentaram os conflitos em torno da exploração e detenção dos direitos sobre este recurso, a desregulação do clima na Terra agravou-se! E em Portugal, por exemplo, apenas se conseguiu



cumprir com as metas de Quioto devido à forte crise que se agravou em 2008 e levou a um drástico recuo no recurso a combustíveis, à grande redução na utilização dos automóveis aos cortes drásticos nos transportes públicos, ao brutal aumento do desemprego levando a uma redução real da mobilidade. Até mesmo a forte emigração de portugueses contribuiu para esta redução de utilização de combustíveis fósseis, levando a que o nosso país acabasse por cumprir as metas estabelecidas.

É verdade que a carta de Marraquexe, adoptada no fim da Cimeira, dá uns passos interessantes ao reconhecer o grave problema do aquecimento global e assumir como prioridade o combate às alterações climáticas e o estabelecimento de um calendário para adoção do Manual de Regras para implementação do Acordo de Paris.

Mas em Portugal os pequenos sinais de retoma económica demonstram que a dependência do petróleo não diminuiu com o aumento da circulação automóvel que é também maior porque nos últimos anos assistimos à destruição, degradação e desinvestimento nas redes de transportes coletivos.

Os Verdes fizeram inscrever estas preocupações na posição conjunta que assumiram com o PS, designadamente a anulação das concessões e privatizações dos transportes públicos em Lisboa e Porto, assim como recentrar o

desenvolvimento da rede de transportes, nomeadamente com a revisão do PETI (Plano Estratégico de Transportes e Infra Estruturas) no transporte ferroviário.

Também neste âmbito apresentámos, em sede de Orçamento de Estado para 2017, a redução dos custos do passe social para jovens e a possibilidade de deduzir 100% do IVA do passe em sede de IRS.

Nos objetivos de redução da utilização de hidrocarbonetos não cabem os projetos de prospeção no nosso território, agora em grande expansão. Para travar este processo Os Verdes têm acompanhado movimentos, plataformas e ações e promovido iniciativas parlamentares no sentido de travar esta atividade.

Tornemo-nos mais eficientes energeticamente e mais dependentes do Sol.



Sanções depois do total falhanço da austeridade

Ajudam a afundar o projeto Europeu

Victor Cavaco

Dirigente Nacional do PEV

A União Europeia está hoje mais dividida, com maiores níveis de desemprego, com menos serviços de saúde, com mais problemas ambientais e muito mais eurocética, especialmente as camadas mais jovens fortemente atingidas pelas políticas da UE, têm cada vez menos perspetivas de futuro.

Resultado de uma política de construção e integração europeias dominadas pelas grandes potências, pelos mercados e grandes corporações com políticas destrutivas das economias mais frágeis, desmantelamento e privatização dos serviços públicos básicos e ataques à própria democracia, culminando, nos últimos anos, com a aplicação de pacotes de austeridade e programas de ajustamento. Apesar disso e sem resultados positivos destes pacotes,

a União Europeia e as suas instituições vêm agora ameaçar vários estados, nomeadamente Portugal, com sanções, com cortes no acesso aos fundos comunitários e com mais austeridade.

Mesmo que sejam só ameaças, para além de constituírem uma vergonhosa chantagem e desestabilizarem por completo os vários países, não é de surpreender que contribuam para aumentar os sentimentos de desilusão e descontentamento nos cidadãos, sentimentos expressos frequentemente em vontade de saída da UE. Depois do referendo no Reino Unido isto é um autentico tiro no pé.

Esta União Europeia não se preocupa com os seus cidadãos e apenas responde às exigências dos mercados. É cada vez mais claro que os cidadãos não têm nenhum poder para decidir sobre o seu futuro. O fosso entre as instituições e as pessoas é cada vez maior e está a levar a um défice democrático sem precedentes.

A União Europeia não tem futuro na austeridade. O que a União Europeia necessita é mais solidariedade e cooperação entre estados.



ECOBOLETIM

Boletim Informativo
da Juventude do Partido Ecologista "Os Verdes"



Acampamento Ecolojovem 2016

O Acampamento da Ecolojovem este ano realizou-se em Castelo Branco entre os dias 25 e 28 de Agosto. Os jovens ecologistas tiveram a possibilidade de realizar inúmeras actividades e ao mesmo tempo promover o convívio entre todos os membros que participaram neste Acampamento.



Houve também lugar para a partilha e a troca de experiências e de histórias, permitindo também, assim, debater situações com as quais a juventude se depara no dia-a-dia e quais as políticas que influenciam as barreiras com que todos os jovens e não só os ecologistas, se deparam diariamente.

O tema deste Acampamento foi o 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa. A Constituição da República Portuguesa de 1976 é um marco fundamental na história do nosso país. Representa

a consagração de direitos e leis fundamentais conquistados com a Revolução de Abril.

Para os jovens, representa a consagração do direito à educação de qualidade, de forma gratuita, inexistente no período pré 25 de Abril. Representa o fim da discriminação com base em rendimentos, em crenças religiosas ou convicções políticas. Representa a consagração do direito à cultura e pelo fim da sua elitização: artes plásticas, música, cinema, teatro.

É a lei que permite que possamos associar-nos em organizações, associações, partidos políticos e grupos informais, algo que durante o regime salazarista era proibido.





Para nós Ecologistas, representa o dia em que o Ambiente passa realmente a estar consagrado em lei, o direito à sua usufruição, o dever de o proteger e o direito a ter uma qualidade de vida num ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado.

Durante o Acampamento tivemos a possibilidade de realizar diversas iniciativas como um protesto pelo encerramento da central nuclear de Almaraz, no centro de Castelo Branco onde foi possível contactar a população, ouvindo as preocupações da população e alertando para os problemas que a central acarreta.

Foi feito ainda um passeio de barco pelo Tejo como forma de sensibilização e alerta para as questões da poluição do Tejo, e onde nos foi possível, no final, debater sobre algumas dessas questões. Realizou-se também uma sessão de observação de Aves, no monumento geológico das portas do Ródão.

E, ainda, uma tertúlia sobre o “A de Ambiente na Constituição da República Portuguesa” com o propósito de dar a conhecer a todos os membros a importância da Constituição, em especial no que toca às questões e aos artigos relacionados com o Ambiente.

Um Acampamento que permite a reflexão conjunta, a partilha de opiniões e as experiências de diferentes regiões. Como tal, uma iniciativa da Ecojovem a manter, reforçando o trabalho e a presença dos Verdes nos diferentes locais com as preocupações ambientais que os Verdes consideram ter grande relevância como a poluição do Tejo ou os perigos da utilização do nuclear como forma de obtenção de energia.



O Ambiente uma questão de moda?

A Protecção do Ambiente está na moda. Uma moda boa, na consideração dos jovens ecologistas, que não beneficia apenas alguns, mas todos os seres que habitam o planeta Terra.



Todos temos a obrigação de não atentar contra o ambiente, estando o dever de o proteger consagrado na Constituição da República Portuguesa que celebra em 2016, 40 anos.

Como sabemos, as obrigações podem ser morosas e vistas como „chatas“. Muitas vezes, tratando-se de uma obrigação (com sentido negativo) que exige comportamentos positivos os actos ficam comprometidos, por não existirem benefícios para o bom comportamento, mas apenas punições pelo mau comportamento.

Como é do nosso conhecimento a satisfação das necessidades, devido ao modo de desenvolvimento do presente compromete, as necessidades das gerações do futuro e, como tal, é necessário que existam políticas que considerem as gerações vindouras e as suas necessidades futuras de qualidade de vida. Contudo, todos nós tendemos a questionar se somos capazes de fazer a diferença com os actos individuais ou mudanças de rotinas no dia-a-dia. Será que as minhas opções individuais são suficientes para contribuir para um mundo ambientalmente saudável?

A resposta é que dão o seu contributo, no entanto, e observarmos dados estatísticos sobre poluição, percebemos que os maiores poluidores não são os indivíduos unitariamente, mas as grandes indústrias e empresas de produção.

A resposta pode-se encontrar na Educação Ambiental que tem a sua componente mais virada para o respeito e para a protecção da Natureza onde vivemos e da qual retiramos parte da matéria necessária para a nossa sobrevivência, mas que deveria também ter uma componente em que fossem discutidas as políticas ambientais, a sua falta ou o impacto

que outras políticas, não directamente relacionadas com o Ambiente, podem ter neste, permitindo, assim, às gerações mais novas criarem uma consciência ambiental mais consolidada face ao papel das decisões políticas neste tema.

O ciclo da água, tão importante para a sobrevivência das espécies, incluindo a espécie humana, bem como para a manutenção do planeta como o conhecemos é poluída em diferentes frentes através de esgotos ou químicos libertados pelas empresas, empresas essas que se demitem das suas responsabilidades e das obrigações ambientais que detêm.

O ar que respiramos, demasiado poluído através da utilização intensiva do automóvel, ou da poluição criada por indústrias que não controlam os gases que emitem.

Não existem políticas de redes de transportes públicos, colectivos eficientes para que se opte por um único veículo que transporta 50 pessoas em vez de 50 transportes individuais que poluem muito mais.

Todos estes factores são causas para as alterações climáticas que existem e cujos efeitos são hoje mais notáveis do que nunca, provocando cheias no inverno que destroem pro-



duções agrícolas e secas no verão que provocam escassez de recursos hídricos, destruindo habitats e pondo em risco a nossa capacidade de sobrevivência por falta de água,

Para além disso as produções de produtos sazonais são postas em causa por estas alterações climáticas fazendo aumentar o preço dos produtos e a nossa necessidade e dependência do exterior para fazer face às necessidades, o que coloca a vida do ser humano em causa.

Assim, sobra-nos a reflexão: queremos realmente comprometer o nosso presente e futuro? Queremos deixar para as gerações futuras um mundo em que não seja possível ver o azul do céu?

Proteger o Ambiente é, sobretudo, devolver o Homem à Natureza, lembrando-o que é parte dela e não seu dono.

Ser Bombeira



Passado mais um Verão, é de lembrar que os incêndios florestais são das catástrofes naturais mais graves em Portugal todos os anos, não só pelo elevado número de ocorrências, como pela grande extensão que atingem.

Cláudia Pedroso

Bombeira Voluntária
Colectivo de Lisboa

Além dos prejuízos económicos, quando verificados, os incêndios em áreas habitacionais têm um elevado impacto ambiental. Para além do já referido, é possível verificar outro tipo de prejuízos, tais como, morte ou ferimento de animais, destruição de bens, corte de vias de comunicação (levando ao isolamento de certas aldeias). Deve-se então lembrar algumas medidas preventivas:

- Não deixar lixo na floresta;
- Limpar sempre as florestas de excessos de folhas ou ramos;
- Abrir caminhos que facilitem o combate aos incêndios;
- Não fazer fogueiras nem atirar pontas de cigarros junto a zonas florestais;
- Vigiar as florestas.

Relembremos que no combate aos incêndios estão os agentes de protecção civil, agentes esses que são homens e mulheres que colocam em risco as suas vidas na luta contra os incêndios. Todos nós (bombeiros) saímos de casa de manhã e vamos para o trabalho, deixando a família com o sentimento de que no final do dia estaremos juntos e “lá vamos nós”.



“Hoje levantei-me e vesti-me, quer dizer, fardei-me e lá fui eu para o meu trabalho. Hoje vestida com um dólman (casaco dos bombeiros) e fui para dentro de um carro vermelho. Fomos accionados para o combate a um incêndio num monte cheio de árvores. O chefe de viatura pediu para irmos acompanhados de um tanque, mas não havia. Quando chegámos, esticámos a mangueira e começámos a fazer o combate ao fogo e eis que nos falta a água. E agora? Que fazemos? Fugimos? É o melhor. Vamos, vamos, dizia eu, mas o vento não estava a nosso favor e em pouco tempo ficámos cercados. Então e agora? Que fazemos? Agarramos na agulheta e aguardamos. Assim fizemos. Com sorte, do outro lado da encosta aperceberam-se do sucedido e vieram em nosso auxílio. Apagámos o incêndio, fizemos o rescaldo e fomos embora para o quartel. No quartel estavam as restantes equipas à minha espera com uma tigela de farófias porque era o meu aniversário.”

“Se me arrependo de ser bombeira voluntária? NUNCA. Para ser bombeiro não se pode mesmo ser, é preciso gostar e eu gosto.”

Pode parecer emocionante, mas foi o que se passou no Verão de 2005.

Acampamento pela Paz 2016



A Ecolojovem assume-se como uma organização de defesa da paz. Defendemos o princípio consagrado na Constituição da República Portuguesa que prevê o desmantelamento de armas nucleares, o desarmamento e a busca pelas ideias da Paz e do respeito por todos os povos, bem como a sua autonomia e independência, rejeitando quaisquer ingerências ou imposições de povos externos.



Por essa razão, a Ecolojovem junta-se anualmente a centenas de jovens que buscam estes mesmo ideais de forma a defendê-los, a debatê-los e a construir um mundo com maior consciência face a estes problemas.

Assim, a Ecolojovem participou este ano em mais um Acampamento pela Paz, que decorreu entre os dias 29 e 31 de Julho no Monte Parque, em Silves, sob o lema “40 Anos da Constituição da República Portuguesa”.

Foi mais um ano em que os jovens se deslocaram dos mais diversos pontos do país para marcarem presença neste Acampamento, onde a defesa da Paz, dos valores de Abril e da amizade são o mote.

O Acampamento, à semelhança de anos anteriores, pautou pela animação, pelos torneios desportivos, concertos, momentos culturais, workshops e debates. Foi neste contexto que a Ecolojovem promoveu, no domingo de manhã, um workshop de fornos solares na tentativa de sensibilizar muitos dos jovens presentes para as questões dos gastos de energia, demonstrando formas diferentes de aproveitamento da energia solar.

O dia de sábado foi aquele onde se verificou um maior número de iniciativas, tendo lugar torneios de voleibol, demonstrações de ginástica, workshop como o jogo do pau, da pelota e de televisão.

Foi igualmente neste dia que ocorreu o debate sobre os 40 Anos da Constituição da República Portuguesa onde inúmeros jovens participaram e muitos fizeram ouvir as suas preocupações sobre os mais diversos temas relacionados com direitos e liberdades que foram conquistados ao longo de vários anos.

Ainda no sábado ocorreu a Marcha pela Paz e a Pintura do Mural da Paz, deixando a voz e a marca de inúmeros jovens que lutam diariamente em conjunto pelo mesmo fim: a paz entre os povos.

Durante o Acampamento ocorreu, ainda, uma reunião de organizações presentes no Acampamento com vista à criação do Comité Nacional Preparatório para o 19º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes que terá lugar na Rússia, no próximo ano.

“Paz Sim! Guerra Não!”



PEV  **PARTIDO ECOLÓGISTA OS VERDES**



PEV

PARTIDO ECOLÓGISTA OS VERDES

☐ Desejo aderir ao **Partido Ecologista Os Verdes**

☐ Desejo participar em iniciativas de **Os Verdes**

☐ Desejo receber regularmente a **Folha Verde**

FOLHA VERDE ¹⁰⁰

Nome:

Morada:

Código Postal: - -

Contacto Telef.:

E-mail:

Envie-nos este formulário para a sede do PEV: Av. D. Carlos I, n.º 146, 1º Dto. - 1200-651 LISBOA.

Os dados serão sigilosamente processados. Por favor, preencher em letras maiúsculas.

O exemplo de um PIN



José Luís Ferreira

Deputado e Dirigente Nacional do PEV

Os Verdes estiverem sempre contra o sistema dos Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN), tendo apresentado já vários Projetos de Lei no sentido da sua eliminação. Ora, não tendo essas iniciativas legislativas merecido o acolhimento da maioria das bancadas parlamentares, Os Verdes consideram que interessa, apesar de tudo, assegurar a presença do interesse público nos PIN existentes, desde logo na exigência do cumprimento integral por parte dos Promotores, dos compromissos assumidos com o Estado.

Na verdade, as empresas recebem incentivos financeiros e fiscais e muitas vezes não cumprem com a sua parte. Foi exatamente o que sucedeu em Pedras Salgadas.

No entender das populações, a UNICER para além de não ter criado os postos de trabalho que se comprometeu criar em Pedras Salgadas, está a “matar” ou a “deixar morrer” a natureza termal que há mais de um século caracteriza a Vila Termal de Pedras Salgadas.

Recorde-se que a UNICER assumiu o compromisso com o Estado de manter os 220 postos de trabalho que tinha em 2005, altura em que celebrou o contrato e criar 110 novos postos de trabalho. Com o aditamento ao contrato feito já durante o Governo PSD-CDS, o número de postos de trabalho a criar, caiu dos 110 para os 58.

Recorde-se ainda que a renovação termal e a oferta turística em

Pedras Salgadas constitui um dos fundamentos para a atribuição de tamanhos benefícios fiscais e tão generosos incentivos financeiros por parte do Estado à UNICER.

Mas afinal a renovação termal e a oferta turística em Pedras Salgadas não se está a verificar, nem será, aliás possível com as valiosas infraestruturas literalmente encerradas e ao abandono e sem dispor de um único Hotel.

Olhemos para os compromissos da UNICER e para a sua concretização:

Reabilitação do Hotel Avelames para o elevar a uma categoria superior. Ora, o Hotel Avelames que tinha sido reconstruído em 1995, com fundos comunitários, foi demolido em 2010. Hoje, nem Hotel reabilitado, nem Hotel Avelames, nem Hotel de categoria superior.

Criação de uma nova Unidade Hoteleira por recuperação do Grande Hotel. Hoje, o Grande Hotel continua em ruínas, literalmente ao abandono, a cair aos poucos.

Implementação de espaços museológicos: as Antigas garagens estão encerradas, o Antigo Engarrafamento e a Vila Adriana estão ao abandono total e o Minigolfe está em ruínas.

Quanto às Fontes, apenas a Fonte de Pedras Salgadas está aberta ao público. Todas as outras estão encerradas e algumas ao abandono.

Requalificação da zona marginal ao Rio Avelames através da implementação de um jardim temático. Hoje, as populações de Pedras Salgadas continuam sem ver qualquer jardim temático.

Quanto aos postos de trabalho, segundo os ex-trabalhadores da empresa, em Pedras Salgadas não foram criados quaisquer postos de trabalho e nem sequer foram mantidos os

postos de trabalho existentes em 2005.

Face a este cenário, não se estranha que as populações se sintam absolutamente defraudadas por assistirem à morte da sua



Vila Termal, não verem a criação de postos de trabalho, que tanta falta fazem numa região do interior, fortemente desprotegida, não verem os prometidos Hotéis para os turistas que pretendam usufruir do termalismo. Pedras Salgadas não dispõe hoje de um único Hotel.

Mas tal como as populações, também Os Verdes consideram que é ainda possível fazer renascer o Termalismo em Pedras Salgadas, assim a UNICER cumpra com os seus compromissos. Foi esse o propósito da iniciativa legislativa que Os Verdes levaram a plenário e que foi aprovada sem votos contra, apenas com a abstenção do PS e do CDS.

Mas este exemplo de Pedras Salgadas, vem dar razão aos Verdes que desde a primeira hora se mostraram contra os PIN, onde em termos práticos o que acontece é que o Estado atribui enormes incentivos financeiros e fiscais aos promotores e estes fazem o que querem e muitas vezes não cumprem com a sua parte.

Uma vergonha.



Exploração de Urânio em Espanha e os seus impactos no nosso país

Miguel Martins

Dirigente Nacional
do PEV

O Alto Alentejo, as Beiras e parte da extremadura espanhola, contêm zonas com jazigos uraníferos, explorados, pelo menos desde os princípios do século XX, para a produção inicialmente de concentrados de rádio, e depois de urânio.



Na viragem do século essa exploração de urânio foi abandonada em Portugal. Com graves riscos para o ambiente e para a saúde humana, a exposição à radiação deixou marcas e cicatrizes nos mineiros e nesses territórios, como podemos constatar no passado recente com as minas da Urgeiriça, em Nelas, onde o passivo ambiental foi enorme e as consequências na saúde foram desmedidas conduzindo à morte de muitas pessoas, nomeadamente mineiros (mais de 150), afetados com neoplasias malignas.

Atualmente, na província espanhola de Salamanca, a empresa australiana Berkeley iniciou em 2011, um processo para implementar um complexo mineiro de urânio, muito similar ao da Urgeiriça, junto à fronteira portuguesa. Complexo que integra minas a céu aberto (uma das quais a 8km de Almeida), uma unidade de reprocessamento de urânio e um depósito de resíduos radioativos (ambos a inserir na bacia hidrográfica do rio Douro, a 30km de Portugal).

Apesar desta exploração de urânio ter efeitos ambientais significativos no nosso país, nomeadamente pela dispersão de partículas radioativas pelo vento e com a

possibilidade de contaminação das águas do Douro (que abastece cerca de 2 milhões de portugueses e rega todo o Douro Vinhateiro), o Estado português não foi informado nem envolvido, pelo governo espanhol, no processo de Avaliação de Impacte Ambiental.

O Partido Ecologista Os Verdes, que ao longo das últimas duas décadas, tem desenvolvido ações e iniciativas quer nas lutas com as populações e mineiros quer ao nível da Assembleia da República, tem desde a primeira hora, em conjunto com os verdes espanhóis - EQUO, alertado para as consequências deste complexo mineiro designado de Retortillo/Santidad, e lutado para travar esta exploração através de diversas ações com as populações, junto do governo português, do governo espanhol e de instituições europeias.

Recentemente os Verdes reuniram com as Câmaras de Almeida e de Freixo de Espada à Cinta com o intuito de sensibilizar e engrossar o protesto contra estes projetos, e desenvolvemos ações de sensibilização, nomeadamente, na Guarda, com o apoio de elementos da Equo. Da mesma forma forma questionámos o Governo sobre o acompanhamento destes projetos assim como nos pronunciámos na Assembleia da República, pelo encerramento da Central de Almaraz.

Travar a exploração de urânio em Salamanca, para além de defender diretamente a natureza, a saúde e as águas do Douro, é também contribuir

para salvaguardar o nosso futuro do NUCLEAR, pois o urânio é a principal matéria prima para as centrais nucleares, e mesmo para a indústria militar. Os Verdes sempre lutaram e se opuseram ao nuclear e defendem o encerramento urgente das respectivas centrais, nomeadamente a de Almaraz que fica a escassos 100km da nossa fronteira.



Destaques da Atividade Ecologista

Curtas Notícias



Exploração de Hidrocarbonetos no território Português



Os Verdes apresentaram na Assembleia da República diversos projetos tendo em vista a suspensão e avaliação dos contratos de prospeção e exploração de hidrocarbonetos no Algarve e Alentejo, assim como a obrigatoriedade de avaliação de impactes ambientais dos mesmos (Projetos de Resolução e de Lei números 385, 528 e 338 respetivamente). Neste âmbito visitaram locais e reuniram com várias organizações, nomeadamente em Loulé com a PALP e participaram em diversas ações de protesto quer na Assembleia da República, nas marchas do Clima em Lisboa, no Porto e no protesto ibérico em Castro Marim, Algarve.

Marcha pela linha ferroviária do Leste



Os Verdes lutam e exigem a reposição urgente do transporte de passageiros na linha

ferroviária do Leste, entre Portalegre e Elvas. Promoveram uma marcha nos dias 4, 11, 12, 18 e 19 de novembro de Portalegre a Elvas, envolvendo o contacto com as populações locais e recolhendo o seu apoio. Na preparação desta marcha várias foram as entidades contactadas.

Ações pela melhoria dos transportes Públicos



Na vertente da luta por melhores e mais eficientes transportes públicos, como forma de reduzir o número de automóveis particulares a circular e assim reduzir a emissão de gases com efeito de estufa na atmosfera, Os Verdes apresentaram em sede de orçamento Desconto na aquisição do passe mensal para estudantes universitários, com idade igual ou inferior a 23 anos e dedução no IRS de 100% do IVA do passe social.

Ainda neste âmbito Os Verdes promoveram várias ações de contacto com a população sobre transportes e mobilidade, nomeadamente na Semana Europeia da Mobilidade, em Lisboa, dias 14, 16, 21 e 23 de setembro, tendo continuado nos dias 4, 6 e 7 de outubro em Lisboa, Loures e Odivelas. O PEV participou ainda no Debate – Modelo de Transportes Públicos da AML promovido pela Câmara Municipal de Loures e na palestra, em 12 de Outubro, com o tema “Desafios do transporte público e da mobilidade”,

com a participação do Ministro do Ambiente, em Lisboa. No dia 4 de Julho Os Verdes realizaram uma viagem simbólica em autocarro dos Transportes Coletivos do Barreiro.

Fogos Florestais



Perante um verão particularmente quente e uma elevada incidência de fogos florestais, Os Verdes realizaram diversas visitas e contactos. Em 16 e 17 de agosto visitaram as áreas ardidas na ilha da Madeira e reuniram com diversas entidades. Anteriormente, em 28 de julho o PEV tinha participado num debate com o lema “Fogos Florestais– o que ficou por fazer”, no Funchal. Nos dias 30 e 31 de agosto levaram a cabo várias visitas e reuniões nos distritos de Braga, Porto e de Viana do Castelo. Reuniram a direção do Parque Nacional do Gerês, com o Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto., terminando estas jornadas com uma visita às áreas ardidas do Concelho da Trofa. A 12 de agosto Os Verdes reuniram com entidades do distrito de Santarém nomeadamente em Coruche e Couço, com os Bombeiros Municipais de Coruche e a Junta de Freguesia do Couço.

TTIP

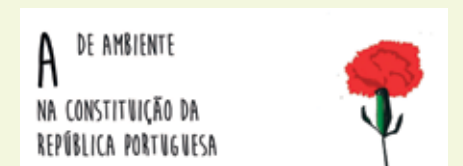


Os Verdes promoveram várias ações de alerta, esclarecimento e protesto contra a assinatura dos tratados internacionais TTIP e CETA,

nomeadamente em Estarreja, dia 21 de julho com uma “Conversa Ecologista”, em torno das graves implicações e consequências para o nosso país destes dois tratados, e em 27 de julho em Beja.

Outras ações de rua de contacto e esclarecimento com a população e com distribuição de documentos e de sementes biológicas de girassol decorreram em julho e agosto em Loures, Lisboa e Almada. Os Verdes participaram ainda no Seminário “Acordos Comerciais da União Europeia com o Canadá e com os Estados Unidos da América. Ponto de Situação das Negociações em Curso” organizado pelo Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agroalimentares no dia 26 de setembro e promoveram um debate de urgência na Assembleia da República e elaboraram várias perguntas escritas dirigidas ao Governo.

Campanha A de Ambiente nos 40 anos da Constituição Portuguesa



A propósito dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa Os Verdes têm promovido diversas tertúlias e iniciativas valorizando a componente ambientalista da CRP, nomeadamente com tertúlias em 12 de julho em Montemor o Novo ou no acampamento da Ecolojovem a 28 de agosto, em Vila Velha de Ródão.

No dia 31 de outubro, no Porto, Os Verdes lançaram uma brochura com cartoons na sua sede, com a presença do cartoonista, para dar corpo a uma campanha de contacto junto das escolas, promovendo o conhecimento e defesa da CRP e dos direitos nela consagrados.

Última Página

A recente atividade política está inevitavelmente marcada pela aprovação do Orçamento de Estado para 2017, onde, pela segunda vez Os Verdes não só votaram favoravelmente como contribuíram com propostas de extrema relevância com incidência no combate às alterações climáticas, na conservação da natureza, à produção local e apoio às micro e pequenas empresas, entre tantas outras. Afinal, e contrariando as teses da direita e do PSD e CDS, havia alternativas e era possível melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, como demonstra o ter-se já chegado até aqui com aumentos salariais, redução de sobretaxas e de impostos. Afinal não era uma fatalidade nem uma inevitabilidade como nos fizeram crer durante 4 anos.

A atualidade internacional está inevitavelmente marcada pela cimeira do Clima em Marraquexe, a COP22, e pela tentativa não muito bem sucedida de dar seguimento ao acordo de Paris e encontrar os melhores mecanismos para travar a subida média da temperatura do Globo. Um acordo que parece estar novamente ameaçado pela prestação dos Estados Unidos da América que com a vergonhosa eleição de Donald Trump anuncia já a saída deste acordo. Um país que é um dos principais responsáveis pela emissão de gases com efeito de estufa para a atmosfera e que nestas recentes eleições demonstrou a decadência em que caiu a sua pretensa democracia fazendo elevar os mais profundos e reacionários

sentimentos daquele país. Uma campanha eleitoral com discursos extremados e já de si populista e fruto do espetáculo, elevada para patamares do mais baixo nível revelando uma profunda crise de valores e uma verdadeira subversão da democracia. Qualquer dos dois candidatos mais votados demonstram bem essa crise. Não podemos deixar expressar aqui a nossa solidariedade para com a candidata do Partido Verde dos Estados Unidos e pelo esforço dos ecologistas em elevar a campanha eleitoral nos EUA para um outro nível da discussão e do debate.

Ainda neste mundo muito conturbado, numa Europa cada vez mais à deriva e que não está a querer encontrar as respostas às aspirações dos seus povos nem querer interpretar os seus sinais, como os do “Brexit” mantendo uma arrogância do tudo sabe e tudo pode, como se verificou com a ameaça de sanções a Portugal.

Os Verdes arrancaram agora com uma segunda fase da comemoração dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa levando às escolas a sua importância nomeadamente naquilo que de relevante projetou em termos de preservação do ambiente. Em ação com Os Verdes, no encontro de autarcas e ativistas dos verdes ou na marcha pela reposição do serviço de passageiros na linha ferroviária do Leste, em Portalegre, assim como em muitas outras frentes, os ecologistas afirmam a urgência de uma sociedade ecologicamente sustentável.

Agir Com Os Verdes!

www.osverdes.pt

CONTACTOS D'OS VERDES • **Sede Nacional:** Av. D. Carlos I, n.º 146, 1.º Dir. - 1200-651 Lisboa - Tel.: 213 960 291 - Fax: 213 960 424 - E-mail: pev@osverdes.pt • **Grupo Parlamentar:** Assembleia da República, Palácio de S. Bento - 1200-068 Lisboa - Tel.: 213 919 203 - Fax: 213 917 424 - E-mail: pev.correio@pev.parlamento.pt • **Assembleia Municipal de Lisboa, Grupo Municipal Os Verdes:** Av. de Roma, n.º 14 P - 3.º - 1000-265 Lisboa - Tel.: 218 170 426 - Fax: 218 170 427 - E-mail: aml.osverdes@cm-lisboa.pt • Site: <http://pev.am-lisboa.pt> • **Porto:** Rua Passos Manuel, n.º 71, Sobreloja Dir. - 4000-384 Porto - Tel.: 223 281 837 - E-mail: osverdesnorte@gmail.com • **Beja:** osverdesbeja@gmail.com • **Norte:** osverdesnorte@gmail.com • **Centro:** osverdescentro@gmail.com • **Faro:** osverdesnoalgarve@sapo.pt • **Guimarães:** Tel.: 253 421 200 - 911 047 390 (3.ª feira, 9:30-12:30) - E-mail: vereador.cdu.gmr@gmail.com • **Madeira:** pevmadeira@gmail.com • **Santarém:** Rua Nuno Velho Pereira, n.º 8 - 1.º Esq. - 2000 Santarém - Tel: 243 324 000 - E-mail: verdesribatejo@gmail.com • **Setúbal:** verdesetubal@gmail.com • **Viseu:** osverdesviseu@gmail.com

Ficha Técnica

Edição e Propriedade

Partido Ecologista Os Verdes
Av. D. Carlos I, n.º 146, 1.º Dir.
1200-651 Lisboa

Design Gráfico

Bajanca Design - Almada
Telf.: 915 337 755
www.bajancadesign.pt

Impressão e Acabamento

Alínea Seguinte - Tondela

Depósito Legal: N.º 146744/00
ISSN: 0874-0011
Número de Exemplares: 10.500

BLOGUES • **Os Verdes nos Açores** - <http://osverdesacores.blogspot.com> • **Os Verdes - Centro** - <http://osverdescentro.blogspot.com> • **Os Verdes em Lisboa** - <http://osverdesemlisboa.blogspot.com> • **Os Verdes Madeira** - <http://osverdesmadeira.blogspot.com> • **Os Verdes Norte** - <http://osverdesnorte.blogspot.com> • **Os Verdes no Ribatejo** - <http://osverdesnoribatejo.blogspot.pt> • **Os Verdes Setúbal** - <http://osverdesemsetubal.blogspot.com> • **Os Verdes ao Sul** - <http://osverdesaosul.blogspot.com> • **Ecolojovem - Os Verdes** - <http://ecolojovem.blogspot.com>